A PERSPECTIVA DIALÉTICA DA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DE KARL MARX

Adilson Aquino Silveira Júnior

E-mail: j_r1987@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

RESUMO

O trabalho aborda a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida na obra de Karl Marx para a determinação concreta das relações entre os complexos material (estruturais) e espírito-intelectual (ideológicos) da reprodução social, especificamente, do ordenamento social matizado pelas contradições de classe. O texto aborda o relacionamento orgânico, altamente dinâmico e inerentemente recíproco, entre estrutura, superestrutura e consciência social nos escritos do autor. Se é certo que a formas de consciência nem brotam de si mesmas, reclamando uma existência concreta, ancorada no mundo da produção material da vida social, sempre historicamente situado; não é menos falso que elas devam ser encaradas como mero subproduto ou epifenômeno de fatores econômicos estritos. Em incontáveis momentos da obra marxiana isso adquire uma ofuscante claridade – mesmo naqueles onde a agudez do embate polemista justificaria alguma secundarização do *papel ativo* da consciência, como no ataque os neo-hegelianos. O artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica que buscou localizar e analisar as passagens do legado teórico de Marx nas quais o autor debruçou-se especificamente sobre os problemas relacionados à interação entre estrutura social e as formas de consciência, entre a forças materiais de produção e as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas que a elas correspondem. As fontes bibliográficas foram selecionadas tanto da fase inicial das construções teóricas marxianas (em alguns casos, em parceria com Engels), quanto dos estágios mais avançados da sistematização da sua crítica da econômica política. Dentre as principais fontes marxianas enfocadas, encontram-se, portanto, desde textos dos anos 1840, como *Crítica da filosofia do direito de Hegel, A sagrada família, Ideologia alemã, Miséria da Filosofia,* até aqueles das décadas subsequentes onde a anatomia da sociedade burguesa é apreendida através a crítica da economia política, como *Contribuição à crítica da economia política*, *O capital* e *Teorias da Mais-valia.* Essa abordagem de amplo espectro da produção teórica de Marx visa, concomitantemente, demonstrar o desenvolvimento concreto da

abordagem dialética-revolucionária e sua presença desde a fase mais inicial do pensamento do autor. Para a elaboração dessa análise, o artigo baliza-se, ainda, em estudos de interpretes da obra marxiana de flagrante importância, como Antônio Gramsci, George Lukács e István Mészáros. Tal proposta de análise justifica-se, sobretudo, pela ampla e recorrente distorção de que é objeto a perspectiva marxiana em amplos segmentos das ciências sociais e humanas, com frequência encarada como uma abordagem unilateral, pretensamente eivada por um reducionismo econômico na reprodução teórica das relações sociais. O tema central, por isso, constituí a perspectiva dialética materialista da teoria social de Marx, retomada e aprofundada pelos representantes mais fecundos da tradição marxista.

Palavras-chaves: Dialética. Estrutura Social. Marxismo.

ABSTRACT

The paper examines theoretical and methodological perspective of Karl Marx, in particular the relations between social structure, superstructure and forms of consciousness. Focuses on the organic relationship (highly dynamic and inherently reciprocal) between structure, superstructure and social consciousness in the author's writings. It resulted from a bibliographical research that studied with selected bibliographic sources from the initial phase marxiana work (in some cases, in partnership with Engels), and of the more advanced stages of the systematization of his critique of political economics. The main texts studied were those produced in the 1840s, such as Critique of Hegel's Philosophy of Right, The Holy Family, German Ideology and the Misery of Philosophy. Also analyzed were the works of the following decades, where the anatomy of bourgeois society is apprehended through the critique of political economy, as Contribution to the Critique of Political Economy, Capital and Theories of Value. The analysis was based on studies of interpreters of the Marxian

work, such as Antônio Gramsci, George Lukács and István Mészáros. The text concludes that, for Marx, forms of consciousness are not born of themselves, demanding a concrete existence, anchored in the world of material production of social life, always historically situated. But it also identifies that they should not be considered as mere byproducts or epiphenomenes of strict economic factors, since they have an active determination in history. This analysis is justified by the widespread and recurrent distortion of the Marxian perspective in broad segments of the social and human sciences, often treated as a unilateral, allegedly reductionist approach. The central theme, therefore, is the materialistic dialectical perspective of Marx's social theory.

Keywords: Dialectic. Social Structure. Marxism.

1. Introdução

O trabalho aborda a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida na obra de Karl Marx para a determinação concreta das relações entre os complexos material (estruturais) e espírito-intelectual (ideológicos) da reprodução social, especificamente, do ordenamento social matizado pelas contradições de classe. O texto aborda o relacionamento orgânico, altamente dinâmico e inerentemente recíproco, entre estrutura, superestrutura e consciência social nos escritos do autor. Se é certo que a formas de consciência nem brotam de si mesmas, reclamando uma existência concreta, ancorada no mundo da produção material da vida social, sempre historicamente situado; não é menos falso que elas devam ser encaradas como mero subproduto ou epifenômeno de fatores econômicos estritos. Em incontáveis momentos da obra marxiana isso adquire uma ofuscante claridade – mesmo naqueles onde a agudez do embate polemista

justificaria alguma secundarização do *papel ativo* da consciência, como no ataque os neo-hegelianos.

O artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica que buscou localizar e analisar as passagens do legado teórico de Marx nas quais o autor debruçou-se especificamente sobre os problemas relacionados à interação entre estrutura social e as formas de consciência, entre a forças materiais de produção e as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas que a elas correspondem. As fontes bibliográficas foram selecionadas tanto da fase inicial das construções teóricas marxianas (em alguns casos, em parceria com Engels), quanto dos estágios mais avançados da sistematização da sua crítica da econômica política. Dentre as principais fontes marxianas enfocadas, encontram-se, portanto, desde textos dos anos 1840, como *Crítica da filosofia do direito de Hegel, A sagrada família, Ideologia alemã, Miséria da Filosofia,* até aqueles das décadas subsequentes onde a anatomia da sociedade burguesa é apreendida através a crítica da economia política, como *Contribuição à crítica da economia política, O capital* e *Teorias da Mais-valia.* Essa abordagem de amplo espectro da produção teórica de Marx visa, concomitantemente, demonstrar o desenvolvimento concreto da abordagem dialética-revolucionária e sua presença desde a fase mais inicial do pensamento do autor. Para a elaboração dessa análise, o artigo baliza-se, ainda, em estudos de interpretes da obra marxiana de flagrante importância, como Antônio Gramsci, George Lukács e István Mészáros.

Tal proposta de análise justifica-se, sobretudo, pela ampla e recorrente distorção de que é objeto a perspectiva marxiana em amplos segmentos das ciências sociais e humanas, com frequência encarada como uma abordagem unilateral, pretensamente eivada por um reducionismo econômico na reprodução teórica das relações sociais. O tema central, por isso, constituí a perspectiva dialética materialista da teoria social de Marx, retomada e aprofundada pelos representantes mais fecundos da tradição marxista.

2. A dialética marxiana

Tratamos do problema subjacente à perspectiva da dialética revolucionária de Marx: aquele afeto ao relacionamento orgânico, altamente dinâmico e inerentemente recíproco, entre estrutura, superestrutura e consciência social. Se é certo que a formas de consciência nem brotam do "ventre da ideia que se põe a si mesma" (Marx, 2011, p. 217), muito menos resultam "'autodeterminações' *do* conceito que se desenvolve na história" (Marx & Engels, 2007, p. 49), reclamando uma existência "profana", ancorada no mundo da produção material da vida social, sempre historicamente situado; não é menos falso que elas devam ser encaradas como mero subproduto ou epifenômeno de fatores econômicos estritos. Em incontáveis momentos da obra marxiana isso adquire uma ofuscante claridade – mesmo naqueles onde a agudez do embate polemista justificaria alguma secundarização do *papel ativo* da consciência, como no ataque os neo-hegelianos. Concentramo-nos naqueles estratos dedicados às sínteses teóricas ou nos quais Marx já estava empenhado em apresentar os resultados mais acabados de suas investigações.

À certa altura d'*A Ideologia alemã* (Marx & Engels, 2007), ele e Engels afirmam que sua concepção da história consiste "[...] em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história". E acrescentam: de um lado, apresentando essa "sociedade civil" em sua "ação como Estado", doutro, "[...] explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade", ou seja, "como a ação

recíproca entre esses diferentes aspectos" (p. 42). É nesse espírito que, poucas linhas adiante, arrematam: "[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias" (p. 43). Nunca será demasiado fixar: no final da primeira passagem – alerta Mészáros (2011) – os autores d*'A Ideologia alemã* referem-se à "*ação recíproca entre esses diferentes aspectos*" ("produção material imediata", "forma de intercâmbio", "ação como Estado", "criações teóricas" e "formas de consciência"), e não à uma "[...] conexão de um para um entre uma dada base social e as ideias correspondentes – muito menos sobre alguma forma de determinação mecânica das ideias em geral pela base material enquanto tal" (p. 36)[1]. Em todo caso, as *criações teóricas* e as *formas de consciência* jamais podem ser relegadas a meros complexos unilateralmente derivados e passivos em face da produção social. Já nos seus escritos precedentes, Marx (2010) salientava, de modo um tanto correlato – mesmo num contexto de crítica ao idealismo de Hegel – que o "[...] poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna *força material* quando se apodera das massas" (p. 151). Ou, na sua contenda contra Proudhon, reconhecia – expressando cabalmente como, no cerne estruturador do seu pensamento, "o econômico e o extra-econômico convertem-se continuamente um no outro" (Lukács, 2012, p. 310): "De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma" (Marx, 1985, p. 159).

Se Marx carecesse dessa perspectiva materialista *e* dialética, teria jogado um peso tão crucial para as relações econômicas – quando debruça-se sobre a questão da renda

[1] O filósofo húngaro vai ainda mais longe. Como cada um desses complexos constituintes da *totalidade* em causa possui uma variedade de aspectos significantes diferentes, torna-se possível uma gama virtualmente inesgotável de combinações, em cada época histórica específica: a) *dentro* de cada nível (entre ideias e ideias, entre diferentes fatores materiais, etc.); b) *entre* um nível e outro (entre um fator material e um momento superestrutural, por exemplo); c) por meio da *interação* de uma multiplicidade de fatores bastante diferentes; d) através da dialética das determinações *estruturais* e *históricas*, com a inserção e retenção mais ou menos prolongada de diferentes *camadas de temporalidade* na estrutura geral da totalidade social (simbiose entre relações arcaicas e modernas como expressão do desenvolvimento desigual e combinado, por exemplo) – ver Mészáros (2011, p. 35-39).

agrícola em países de produção capitalista desenvolvida, em *O capital III* – justo nos aspectos relativos à *educação* e *tradição*, em algumas circunstancias peculiares? No caso dos arrendatários ingleses poder-se-ia distinguir – ele afirma – "[...] certo número de pequenos capitalistas que, por educação, formação escolar, tradição, concorrência e outras circunstâncias, estão destinados e obrigados a investir seu capital na agricultura como arrendatários". Com tal escolha, impelida por condicionamentos extra-econômicos, estes capitalistas acabavam por ser, inclusive, "[...] obrigados a se contentarem com menos do que o lucro médio e entregar parte disso sob a forma de renda aos proprietários de terras" (Marx, 1985-1986, p. 131). Ou se o teórico alemão adotasse e prodigalizasse, como denunciam seus depreciadores, um tal mecânico econimicismo, cujo horizonte é de tão férrea estreiteza e reducionismo, poderia admitir a possibilidade de combinações ricamente diversas de *formas políticas* (ou seja, formas específicas de *Estado*) assentadas sob uma base socioeconômica comum? Também no *Livro III*, Marx (2008c) menciona que encontramos sempre a "[...] base oculta da construção social toda e, por isso, da *forma política* das relações de soberania e dependência, em suma, da *forma específica do Estado*" na "relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos". Relação cuja forma, por sua vez, corresponde "a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho". Contudo, adverte o autor d'*O capital*: "Isto não impede que *a mesma base econômica* [...] possa apresentar – em virtude de inumeráveis circunstâncias empíricas diferentes, de condições naturais, de fatores étnicos, de influências históricas de origem externa, etc. – *infinitas variações e gradações*" cuja constituição apenas "a análise dessas condições empiricamente dadas permitirá entender" (p. 1047). Se, por fim, não absorvesse medularmente aquela *perspectiva de totalidade* inscrita n'*A ideologia alemã* – e registrada no debate metodológico posterior, por exemplo, d'*A Miséria da Filosofia* (Marx, 1985, p. 107) e, com mais detalhes, dos *Grundrisse* (Marx, 2011, p. 53-55) – haveria Marx assinalado nas *Teorias da mais-valia*

(1980, p. 261-262) a *conexão interna*, mas também a *interação* (cujo caráter é, naturalmente, de *reciprocidade dialética*) entre a *produção material* e a *produção intelectual* (ou *espiritual*) a ela correspondente, não apenas nos diferentes modos de produção, mas na *forma ou no domínio histórico específico* do sistema capitalista? É essa *unidade* (ou *organicidade*) e *reciprocidade* constitutiva do processo dialético real que Gramsci visou captar e revalorizar reinterpretando o conceito soreliano de "bloco histórico" – ver Silveira Jr. (2014). Assim entendia o comunista sardo – com flagrante inspiração no "Prefácio" de 1859 – o valor concreto (histórico) das superestruturas na "filosofia da práxis": "Se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexo necessário e vital" (Gramsci, 2011, p. 398).[2]

Em verdade, o "Prefácio" de 1859 informa uma dinâmica de trocas recíprocas muito mais complexa do que se pode pensar à primeira vista. Ele aponta, salienta Mészáros (2011) com razão, para *um quadro triplo de intercâmbios dialéticos*. Naquela ocasião, Marx se propunha a expor, em sinóticas e abrangentes linhas, o "resultado geral" a que havia chegado no curso de suas investigações, por volta dos anos 1840. O qual, uma vez obtido, serviu de guia para os estudos da década ulterior. Assim inicia: na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Estas relações correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. E conclui: "A totalidade dessas relações de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a

[2] Por outro lado, deve-se sempre atentar para a seguinte questão: "Todos os complexos sócio-históricos reais, caracterizados pela 'reciprocidade' em seu modo de funcionamento têm algum *'uebergreifendes Moment'* (um 'momento' ou fator de importância primordial) entre seus conjuntos interagentes das relações, tanto 'absolutamente' – isto é, com respeito às suas determinações estruturais que transcendem a forma histórica dada – quanto relativo às circunstâncias históricas particulares da forma social da qual eles estão situados. É com referência ao *'uebergreifendes Moment'* apropriado que a categoria de reciprocidade adquire seu significado dialético, em contraste à circularidade vazia de toda fala sobre 'determinação recíproca' que falha em indicar os aspectos dominantes estruturalmente articulados e historicamente válidos das inter-relações em questão" (Mészáros, 2011, p. 78).

base real sobre a qual se eleva uma *superestrutura jurídica e política* e à qual correspondem *formas sociais determinadas de consciência*" (Marx, 2008a, p. 45). Alguns passos à frente no prefácio, essas três ordens de complexos tornam a aparecer. Quando se considera as transformações na superestrutura, lavadas a cabo com as modificações radicais produzidas na base econômica por toda uma "época de revolução social" – aberta, como se sabe, quando "as formas produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes" –, convém, defende Marx (2008a), "[...] distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim" (p. 46). Nesses casos, o que é pertinente, não é uma correspondência de *um para um*, mecanicamente projetada, entre materialidade e as ideias, mas "[...] uma inter-relação *tripla* característica desse complexo social vital que dialeticamente constitui o intercâmbio dinâmico entre a base material e a superestrutura da sociedade" (Mészáros, 2011, p. 126). O *primeiro* fator essencial diz respeito as "relações de produção" constitutivas da "estrutura econômica da sociedade"; o *segundo* corresponde à "superestrutura jurídico e política" que se eleva sobre aquela "base real"; o *terceiro*, refere-se à múltipla variedade das "formas ideológicas" que entram em cena como "formas sociais determinadas de consciência" e, como tais, "*correspondem* à superestrutura jurídica e política". A mencionada "correspondência" não é aquela entre a base material e as ideias, mas entre a superestrutura e as várias formas ideológicas[3]. Particularmente importante quanto à isso, é a superestrutura jurídica e política em seu papel de *intermediário vital* entre o

[3] Observe-se que existe uma "correspondência", sem qualquer relação de *identidade*. Caracterizar uma relação de simples identidade entre a superestrutura legal e política e as formas de consciência social comprometeria toda a concepção marxiana, lavando à obliteração do *papel ativo* da superestrutura. Pois a autonomia das ideias vis-à-vis a superestrutura legal e política é uma precondição necessária das primeiras. A produção das formas ideológicas – para além das restrições institucionais imediatas da superestrutura legal e política – opera como um propulsor poderoso sobre a superestrutura, que, por sua vez, afeta dinamicamente as funções materiais da vida social (Mészáros, 2008).

fundamento material e as formas ideológicas. Em suma: se as ideias, como tal, não podem brotar, nem causar impacto no mundo real, a partir do nada, também fica claro que apenas "[...] surgem e afirmam a si mesmas, caso tenham a força para fazê-lo, no interior desse *quadro triplo de intercâmbios dialéticos*" (p. 128).

Óbvia decorrência disso, os *discursos práticos vitais* (políticos, morais, científicos, religiosos, estéticos, etc.), através dos quais se corporificam as "formas ideológicas"[4], são ininteligíveis por si mesmos. Permanecem inexplicáveis, em sua essência, sem que se explicite suas ligações íntimas, não apenas (e significativamente) com a estrutura social estabelecida. Mas, de modo concomitante, com o quadro institucional dado da superestrutura jurídica e política historicamente dominante. Segundo Mészáros (2011), tal interconexão mostra-se evidente tratando-se da realidade prática do *discurso político*, inseparável das práticas políticas frequentemente mais diretas do Estado. Pense-se, por outro lado, na prática do *discurso moral*, cujo quadro institucional muito mais difuso em que se sustenta, pode enevoar a vigorosa intensidade de suas ligações com a superestrutura jurídica e política. Basta atinar para o modo pelo qual todas as *práticas educacionais* e órgãos dados da sociedade são regulados pelo Estado moderno, desde a família até as instâncias de escolarização institucional – do jardim de infância até os mais elevados cumes acadêmicos que se pode galgar na universidade. Mesmo a pletora de instituições religiosas, atuando convencionalmente

[4] A linguagem constitui a mediação social concreta mais elementar, através da qual se expressam e difundem os complexos ideológicos variados. Não por acaso, n '*A ideologia alemã,* ela comparece intrinsecamente articulada ao problema da consciência: "A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a *consciência real, prática*, que existe para os outros homens, e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens" (Marx & Engels, 2007, p. 35). Em Lukács (2010, p. 86), a consciência mediadora que vincula generidade e indivíduo assume sua objetividade prática na linguagem social existente. Também por isso, a esfera do ser social é identificada como a "generidade-não-mais-muda" resultante do salto mediado pelo trabalho e pela linguagem a partir da "generidade muda" (apenas biológica). Na linguagem, cujo ato fundando é o trabalho, os homens encontram o veículo através do qual os pores teleológicos podem ser repassados e universalizados para o conjunto dos indivíduos sociais. Com esse horizonte téorico-metodológico, no início do século XX, Bakhtin (2006) já criticava o "subjetivismo idealista", mas também o "objetivismo abstrato", no campo da filosofia da linguagem, afirmando que a "enunciação é de natureza social" (p. 111).

sob regulamentação e controle legislativo direto (sem mencionar alguns tipos de subvenções públicas que lhes chegam através de projetos sociais, etc.), participam da educação moral dos indivíduos, podendo cooperar (com frequência, cooperando mesmo de modo brutal, inobstante as contradições que também aí operam), com sua rede institucional mais difusa e bastante capilar, na transmissão dos valores dominantes da ordem social, da geração presente para as futuras. Em todos os casos, "[...] ao regulamentar essa transmissão do sistema de valores dominantes da sociedade do presente em direção ao futuro, a superestrutura jurídica e política exerce *o papel regulatório preeminente*" (p. 127).

Gramsci alude a essa unidade orgânica através da noção de "bloco-histórico". Através dela, as relações sociais, historicamente determinadas, são apreendidas enquanto unidade dialética entre estrutura e superestrutura. O "nexo necessário e vital", prevalecente entre os dois complexos da totalidade sócio-histórica, além de colocar em evidência o seu inarredável caráter de unidade, remete aos seus múltiplos e multiformes processos de determinação recíproca. Esse entrelaçamento orgânico entre base socioeconômica e superestrutura aparece igualmente nos Cadernos, utilizando-se como termos de referência os conceitos de "sociedade civil" (no estrato a frente citado, entendida como atividade econômica) e "Estado". O § 18 do C 13 (segunda redação de parte do § 38 do C 4) explora o nexo entre as ideologias do livre-cambistas (liberalismo) e do sindicalismo teórico – as primeiras, vinculadas a classe social dominante e dirigente, e o segundo, visto como expressão do "primitivismo" das classes subalternas. Em relação à "formulação do movimento de livre-câmbio", Gramsci mostra que ela ancora-se num erro teórico facilmente identificável. Esse erro "[...] baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica". Ou seja, "afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação". Todavia, posto que "sociedade civil e Estado se identificam na

realidade dos fatos", defende o autor, "[...] deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico" (2007, p. 47). Com isso, cai a máscara do liberalismo como não-intervenção do Estado sobre a economia. Em verdade, tal distinção (Estado e economia) é puramente metodológica, e não orgânica.

Além da insistência do autor dos Cadernos nesse caráter orgânico, devemos observar outro dado. Nessa passagem ele reproduz a noção de "sociedade civil" como base econômica, aproximando-se do uso corrente do termo em Marx. Não cabe desenvolver aqui, em pormenor, a visão presente em um dos "fundadores da filosofia da práxis", nem rastrear as filiações teóricas as quais Gramsci se remete, de modo subjacente ou declarado, para fornecer inteligibilidade ao seu conceito de "sociedade civil" (é conhecida sua aproximação a Hegel, mas também recorrência às reflexões de Benedetto Croce). Precisamos apenas ressaltar que, nos *Cadernos*, ele ganha relevo da arquitetura categorial como *um plano da superestrutura* incorporado no *Estado integral (ou orgânico)*.

3. Considerações finais

É bastante conhecida a vulgarização de que é objeto a abordagem marxiana em amplos segmentos das ciências sociais, recorrentemente tratada como uma visão unilateral, supostamente crivada por um reducionismo econômico na explicação dos fenômenos sociais. Também é comum que tais apreciações sejam forjadas sem um estudo sistemático que recorra aos próprios termos do autor em análise. Quando se opera um estudo que labora sobre as fontes, preliminarmente três ordens de distorções podem ser superadas: primeiro, o fato bastante elementar de que a análise concreta das

situações concretas apenas torna a realidade inteligível se a considerarmos como *totalidade* fundada materialmente, mas nunca restrita decorrência dos aspectos estruturais-materias, ou seja, como *complexo de complexos*; segundo, e em decorrência disso, a *totalidade concreta* aponta para um relacionamento entre os complexos altamente dinâmico, de interação recíproca, o que indica uma *intervenção ativa* da superestrutura e das formas de consciência na reprodução social, mesmo podendo retroagir decisivamente sobre o curso da produção econômica; terceiro, que a determinação marxiana da relação estrutura-superestrutura não se restringe a um binômio unilateral, mas corresponde a um *quadro triplo de intercâmbios dialéticos* entre estrutura, superestrutura e consciência social.

Bibliografia

Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.

Gramsci, A. (2011). *Cadernos do cárcere*: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 5. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Lukács, G. (2010). *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo.

_____. (2012). *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. & Engels, F. (2007). *Ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneide e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2008a). *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2008b). *A revolução antes da revolução II*. Trad. José Barata-Moura e Eduardo Chitas. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2008c). *O capital*: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2010). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.

_____. (1985-1986). *O Capital*. Livro III – Tomo 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural (Coleção "Os Economistas").

_____. (1985). *Miséria da Filosofia*. Trad. Jose Paulo Netto. São Paulo: Glogal.

_____. (2011). *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

MÉSZÁROS, I. (2011). *Estrutura social e formas de consciência II*. Trad. de Rogério Bettoni e Caio Antune. São Paulo: Boitempo.

SILVEIRA Jr., A. A. (2014, set.). A filosofia como historicidade: a ideologia no estudo filosófico dos Cadernos do cárcere. *Serviço Social & Sociedade*, n. 119, p. 560-581.